



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 23.718/CS

HABEAS CORPUS Nº 130.537/DF

IMPETRANTE: ANTONIO AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO BASTO E OUTRO
COATOR: PRESIDENTE DA CPI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO
PACIENTE: JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ
RELATOR: **MINISTRO MARCO AURÉLIO**

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator

1. Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **João Carlos de Medeiros Ferraz**, convocado para comparecer e depor perante a CPI dos Fundos de Pensão, para que seja assegurado ao paciente, “i) o direito à não autoincriminação, permitindo ao paciente permanecer em silêncio sem qualquer represália da Comissão; ii) o direito à assistência por parte de advogado, com o qual poderá exercer comunicação pessoal e reservada durante toda a inquirição; iii) o respeito às prerrogativas profissionais do advogado previstas no art. 7º, III, X, XI, XII e XIII, da Lei nº 8.906/1994”.
2. A liminar foi deferida nos termos do pedido: “*Defiro a liminar pleiteada, assegurando ao paciente o direito de não subscrever o termo de compromisso, de manter-se em silêncio e de ser assistido por profissional da advocacia*”.
3. Segundo consta do *site* da Câmara dos Deputados, a oitiva do paciente ocorreu no dia 6 de outubro último, a partir das 14:30 horas, tendo o Presidente da Comissão observado integralmente os termos da liminar deferida.

Nº 23.718/CS

4. Antes o exposto, manifesta-se o Ministério Público Federal pela extinção do processo sem julgamento do mérito, em razão da perda superveniente do seu objeto.

Brasília, 9 de outubro de 2015

CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES
Subprocuradora-Geral da República